

## ESTADO DE SÃO PAULO **É hora de os liberais despertarem** ANC pag 3

- 5 FEV 1987

Há tempos, uma bem cevada raposa do PMDB dizia que um grupo de no máximo 50 parlamentares poderia controlar a Constituinte. A primeira vista, a afirmação contém um paradoxo: existem pelo menos três partidos com mais deputados e senadores do que a meia centena prevista no cálculo do velho político; poderia haver, então, três partidos hegemônicos? Evidentemente, não. Bom conhecedor das gentes e das coisas de nossa política, o personagem a que nos referimos conhece sobejamente o quase nenhum poder de aglutinação dos partidos brasileiros. Referia-se ele a um grupo organizado acima dos partidos e comprometido firmemente com algumas idéias ou propósitos muito bem definidos.

Para quem acredita na democracia liberal, a receita é chocante: um grupo coloca-se como fiel da balança, exercendo um poder de fato maior que o dos partidos organizados, numericamente superiores e institucionalmente destinados a ser a base e o suporte da democracia representativa. Em outras palavras: os partidos, mesmo os majoritários, não têm condições de representar a vontade popular expressa nas urnas; mas um grupo compacto e determinado, embora *ad hoc*, pode dirigir

eficazmente a vontade da maioria na direção de seus interesses particulares. Para quem despreza as chamadas "instituições burguesas", a ementa é clara e antiga: a "vanguarda" conduzirá as massas.

O PT nacional e o PMDB paulista resolveram juntar-se na semana passada, assumir o papel de condutores e elaborar uma Constituição "minimamente avançada". O contínuo é, no mínimo, estranho, já que expõe, da maneira mais crua e "transparente" — como ficou moda dizer —, a desconfiança com que a cúpula do PMDB paulista vê as possibilidades de atuação do partido, a nível nacional, e a inusitada coincidência de opinião com os pontos de vista mais arrojados do PT. A conjunção é, de fato, curiosa. Luiz Inácio, o "Lula", desconfia do PMDB enquanto partido, porque "ele é a sustentação do governo"; acha possível que se unam "grupos de parlamentares que querem trabalhar para que a Constituinte seja a mais progressista possível"; e a maneira que vê de chegar a este objetivo anula a premissa, já que o acordo se fará com o diretório regional paulista do PMDB. Ou não serão os deputados peemedebistas por São Paulo sustentáculos do governo?

Ora, o foco dos interesses em jogo não se situa apenas no Congresso, em Brasília, nem a questão se resume a uma Constituição socialmente mais ou menos "avançada". Para o PT, pode ser que este seja o dote que o sr. Almino Afonso lhe vem trazer. Mas o diligente presidente regional do PMDB é também vice-governador eleito de São Paulo. Sua preocupação última pode estar no produto final da Constituinte, mas o seu olhar ocupa-se, certamente, com o primeiro plano da Assembléia Legislativa estadual, onde os votos dos dez deputados estaduais pelo PT poderão eventualmente garantir maioria para a futura administração Quéricia.

O fato a registrar é que o PT sai de sua costumeira posição de isolamento e se dispõe a fazer um acordo com a seção paulista do PMDB. Note-se que não se trata de um entendimento individual, caso a caso, com os membros mais "progressistas" do partido situacionista. O arranjo se faz diretamente entre os presidentes dos diretórios regionais dos dois partidos, sacramentado pelo testemunho de "Lula", presidente nacional e dirigente supremo do PT.

Há, assim, uma mudança nítida de atitude, por parte do PT, que sai da redoma de cristal para ir encon-

trar-se na planície com os decaídos da política que sempre condenou. O que importa é que há um fato novo se delineando na paisagem política nacional. Por via das dúvidas, convém que os liberais também reúnam o seu grupo de 50 parlamentares, para que a Constituinte não se veja moldada à imagem e semelhança dos srs. Almino Afonso e Djalma Bom. Afinal, agora Lula está otimista com a "constituinte burguesa" — como a chamava até a tentativa de golpe dos "novos" do PMDB mais os partidos tradicionais de esquerda, e acredita ter pelo menos 80 constituintes comprometidos com suas teses. A hora é de os liberais acordarem — porque depois será tarde.

N. da R. Por equívoco, afirmamos anteontem que a emenda que convocou a Assembléia Nacional Constituinte diz em seu artigo 1º que os membros da Câmara e do Senado, "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão em Assembléia Nacional Constituinte no dia 1º de fevereiro". A expressão aspeada acabou sendo retirada do texto finalmente aprovado, por desnecessária. A emenda constitucional nº 26, igualmente, não fixa prazo para a votação da nova Carta, ao contrário do que escrevemos. Pelo lapso, pedimos escusas aos leitores.